



Ata N° 1

Aos 22 de Dezembro de 2021, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos Parede, sob a presidência da Exma. Senhora D. Maria Emília Guimarães, secretariada pelo 1º Secretário, Exmo. Senhor Jorge Pires de Carvalho e 2ª Secretária, Exma. Senhora Maria Odete Abrantes Lopes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – **Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano para 2022**

Ponto Dois – **Apreciação e Votação do Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal para 2022**

Ponto Três – **Apreciação da Execução Orçamental do 4º Trimestre de 2021 e Relatório de Atividades.**

Estiveram presentes os seguintes elementos conforme Lista de Presenças:

PSD

Maria Emília Figueiredo Guimarães

Jorge Miguel Pires de Carvalho

Maria Odete Abrantes Lopes

António Miguel Gameiro Mendes

Ana Cristina Galego

João Baptista Leite

Mário Pedro Diogo da Silva

CDS

José Luís Pimenta de Aguiar

Paulo Jorge Bicho Mendes

PS

Ricardo Filipe da Silva Pires

Carlos Manuel Saltão Ferreira

Ana Paula Santiago Pando

Helena Maria Coelho Navalho

Nuno Gonçalo da Rocha Pires

PAN

Luís Filipe Mota Almeida

CDU

Luís Filipe de Oliveira Beirão

CHEGA

Mónica Sofia Lopes Pedrosa

INICIATIVA LIBERAL

Tiago Nuno de Albuquerque Rodrigues

BE

Luís Miguel Janeiro Mós

Aberta a Sessão pela **Exma. Presidente da Mesa**, deu a palavra ao **1º Secretário (Jorge Pires de Carvalho)**:

PERÍODO DO PÚBLICO

De acordo com a Lei nº 1-A/2022 de 19 de Março – Medidas excepcionais e temporárias à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19 a reunião não é pública, contudo, o público, poderá assistir através de pré-inscrições até às 12.00 horas do dia 29 de Dezembro, assim, o 1º Secretário da Mesa informou que se tinham inscrito 4 pessoas para assistirem a esta Sessão.

Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**:

Iniciou-se a apresentação de Moções, a primeira pelo Grupo de Lista do **PCP – Reposição de Freguesias; (Anexo 1)**

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Disse que o PAN vai acompanhar, com o seu voto a favor, a Moção do PCP. Lembrou que para que o processo avance á preciso uma proposta de 1/5 dos Deputados da Assembleia e por isso está disponível para trabalhar na mesma com o PCP e com outras forças políticas que assim queiram avançar com a proposta de Reposição da Freguesia de Parede e da Freguesia de Carcavelos.

De comum acordo entre as forças políticas optou-se por votar a Moção por Grupo de Lista, quando este tenha mais de um elemento.

Assim foi a **Moção do PCP REJEITADA** com 9 votos (7-PSD;1CHEGA;1IL) contra, 3 (PCP;BE;PAN) a favor e 7 abstenções (5-PS;2-CDS).

Usou da palavra a **Deputada Ana Paula Santiago (PS)** para Declaração de Voto. O Grupo de Lista do PS justificou a sua apreciação pelo facto do assunto em apreço estar a ser debatido em local próprio, que, nesta fase, é a Assembleia da República pelo que aguardam os prazos que forem determinados por esse Órgão. Entenderam ainda que os fregueses no devido momento legislativo deverão ser convocados para o efeito para que um processo que foi, sem dúvida, mal conduzido e no qual não houve consulta prévia à população não padeça dos vícios que, infelizmente, viemos todos a constatar. Por este motivo a abstenção do PS nesta Moção.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** para Declaração de Voto. O PCP veio pedir a aceitação por esta Assembleia de Freguesia o empenhamento pela reposição das freguesias de Carcavelos e Parede tendo como critério único e exclusivo a vontade das populações. Ele, como cidadão da Freguesia de Parede, não se recorda dessa consulta à população, tendo em conta que os serviços e a proximidade dos fregueses não mudaram, o que mudou sim, foi ter-se alterado para uma estrutura política única e mais concentrada. Embora reconheça que a capacidade de intervenção é limitada como mostra o Orçamento que vai ser discutido hoje, onde o poder está todo concentrado na Câmara Municipal de Cascais, em quanto órgão político de uma freguesia como Carcavelos e Parede tem muito maior capacidade de intervenção do que dividida em duas mais que não seja naquilo que hoje são problemas comuns e que requerem soluções comuns. Por estas razões a Iniciativa Liberal votou contra.

Usou da palavra a **Deputada Mónica Pedrosa (CHEGA)** para Declaração de Voto. O Partido CHEGA é contra a criação de mais cargos políticos que só oneram mais os contribuintes sem que em contrapartida estejam associados benefícios para a população, e, por isso votou contra.

Usou da palavra o **Senhor Secretário da Mesa (Jorge Pires de Carvalho)** que informou que o Senhor Miguel Pires Castro queria intervir no Período do Público, mas entrou na Sessão já tarde, no entanto se ninguém se opusesse poderia dar-lha a palavra no final de todas as Moções apresentadas.

Ninguém se opondo ficou assim inscrito o Senhor para intervir nesta Assembleia.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** para perguntar se poderia fazer uma pergunta ao Executivo após a apresentação das várias Moções, podendo assim o Executivo responder à intervenção do público e à sua questão.

Passou-se de seguida à **Moção** apresentada pelo **PAN “Moção pela aprovação de um Código de Conduta aplicável aos membros da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos e Parede, em cumprimento da Lei nº 52/2019, de 31 de Julho. (Anexo 2)**

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**, dizendo que a proposta era do conhecimento de todos mas no essencial visava assegurar que a Junta de Freguesia aprove no âmbito das suas competências o Código de

Conduta regulador dos aspetos referentes às ofertas e hospitalidades e outras matérias, no domínio da transparência, que considere relevantes. Este Código, naturalmente, vai trazer mais transparência ao funcionamento da Junta e ao exercício das funções públicas por parte dos seus vogais e do seu Presidente. Este Código não é um “capricho” do PAN mas sim uma imposição da Lei que está em vigor há mais de dois anos e que tinha um prazo para aprovação de 180 dias a contar desde Outubro e que não foi cumprido pela Junta contrariamente ao que sucedeu na Câmara Municipal de Cascais. Enquanto não houver a aprovação deste Código está-se a falar de uma omissão ilegal por parte do Executivo, o que é de lamentar ainda para mais numa matéria em que a sociedade civil exige cada vez mais rigor por parte de todos os eleitos. Esta Moção visa, no fundo, alertar para a necessidade de transposição e de aprovação deste Código de Conduta.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Relativamente a esta matéria o PSD achou ter havido um lapso que tem de ser corrigido. Agradeceu a quem efetivamente colocou esta situação em cima da mesa como alerta não deixando de dizer duas coisas que lhe pareceram importantes, não foi premeditado, até porque todos os membros do Executivo anterior sob o ponto de vista da Lei também já pendiam e o atual, fizeram e farão o cumprimento da mesma nomeadamente com as apresentações periódicas junto do Tribunal de Contas. De qualquer das formas, espera-se, e o PSD assume desde já o compromisso, que durante o próximo ano, seja efetivamente trabalhado esse Código de Conduta e apresentado à Assembleia. Naturalmente o PSD votará a favor esta Moção.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta Aguiar (CDS)**. O Grupo de Lista do CDS congratulou-se com esta necessidade de transparência da parte do PAN mas, lembrou, e pediu confirmação por parte do Executivo, que não constava relativamente a ofertas institucionais e hospitalidades superiores a 150,00 euros tenha alguma vez ocorrido nesta Freguesia.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Agradeceu as intervenções feitas e sublinhou que estes Códigos de Conduta servem para regular as questões das ofertas e hospitalidades, a Lei obriga a isso, mas são também um instrumento para introduzir outras matérias em que podem haver medidas de aprofundamento da transparência no funcionamento da própria Freguesia.

Colocou-se a **Moção** a votação tendo esta sido **APROVADA** por unanimidade.

Pedi a palavra o **Senhor Presidente da UFCP (Nuno Alves)** para resposta à pergunta feita pelo Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS). A Junta de Freguesia no mandato anterior e até ao presente momento não recebeu nenhuma oferta acima de 150,00 euros, portanto as ofertas que normalmente a Junta é brindada são: livros, azulejos e pequenas recordações.

Passou-se de seguida à terceira Moção. Esta **Moção** foi apresentada pelo **PAN “Moção pela preservação da Quinta dos Ingleses”**. (Anexo 3)

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Tendo em conta que esta era a primeira reunião Ordinária da Assembleia o PAN entendeu que era importante colocar à discussão uma Moção que visasse assegurar que a Assembleia de Freguesia tomasse uma posição favorável à preservação da Quinta dos Ingleses e ao cumprimento daquela que foi a resolução tomada pela Assembleia da República que foi aprovada a 18 de Junho deste ano com os votos de todas as forças políticas, salvo, o PSD e o CDS-PP que se abstiveram, e nesta Assembleia, independentemente da posição do CDS e do PSD na Assembleia da República, existe uma clara maioria que se apresentou nas eleições autárquicas usando a “bandeira” da preservação da Quinta dos Ingleses e do espaço insubstituível da União de Freguesias pelo que é de elementar coerência que todas as forças políticas que se posicionaram favoravelmente a esta preservação, neste momento, tomem posição favorável quanto a esta Moção que o PAN apresentou. Lembrou que o Projeto da Quinta dos Ingleses irá destruir mais de 50 hectares de espaços verdes na Freguesia e que na proposta de loteamento está um projeto completamente contraciclo com o que são as recomendações internacionais que apontam quer para a necessidade urgente de reflorestação, de preservação de ecossistemas no meio urbano e também para o controlo da população em áreas vulneráveis como é o caso da Costa de Cascais. Tendo em conta que cada um dos pontos tem um sentido muito distinto, solicitou à Mesa que houvesse uma votação desagregada por Pontos, ou seja, são 4 Pontos e seria uma votação para cada um deles.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Na opinião do Grupo de Lista do PSD dividir esta Moção em quatro não lhe parece muito plausível porque já é difícil ter Moções com esta carga com muita informação e que têm de ser analisadas e, ainda porque nesta Sessão haverá 8 documentos apresentados, recebe-los com horas de antecedência torna-se complicado e alterar um documento desta natureza de extrema importância no decorrer da Assembleia ainda se

torna mais difícil. Deixou ainda o parecer do PSD sobre esta questão, está-se perante uma resolução tomada pela Assembleia da República e, essa é muito clara porque diz ao Governo o que é que deve fazer, que promova, que assegure e que garanta, nunca em momento nenhum diz que cabe à Câmara Municipal essa tarefa. A Câmara Municipal sobre esta matéria e naturalmente sensível aquilo que foi um movimento gerado antes desta resolução suspendeu por seis meses todas as diligências que levassem a emissão de licença para sequência a um projeto que se houvesse a capacidade de o pagar de uma vez só já em 2013 o assunto teria ficado resolvido. Não sendo isso que estava em cima da mesa, mas sim que o Governo, nesta matéria, nada fez, portanto, todos os Pontos desta Moção acabam por incumbir em si mesmos, e, neste sentido, o Grupo de Lista do PSD irá abster-se.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta Aguiar (CDS)**. Informou que, relativamente a esta Moção o Grupo de Lista do CDS irá votar contra, e isto porque entendem que este assunto é extemporâneo nomeadamente juridicamente. Todos conhecem os valores que estão envolvidos, a ação judicial que decorreu contra a CMC que, eventualmente teria de acarretar uma falência. Salvo melhor opinião, juridicamente o assunto está completamente ultrapassado, mas, por outro lado o que interessa é que a recomendação ao Governo é da sua competência. Não faz a mínima ideia do que o Governo PS fez até hoje e que recomendação é que extrapolou. Apresentar uma Moção já de si com a complexidade que implica e, nesta altura, passar de um Ponto para quatro, lamentou, mas o CDS não pode votar a favor.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Disse apoiar a iniciativa do PAN e que estava de acordo com a votação ponto por ponto.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. O BE vê com "bons olhos" todas as iniciativas que conduzam à preservação da Quinta dos Ingleses e, portanto, vai votar a favor desta Moção na globalidade.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. O PS entendeu que uma Moção é um conjunto de opiniões ou de ideias, votar esta Moção ponto por ponto desvirtua independentemente de ser uma prática corrente ou não. O PS irá votar na globalidade porque concorda com todos os Pontos.

Ficou decidido votar esta Moção na sua globalidade.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Disse, que teria sido uma discussão interessante se tivessem feito uma reunião de revisão de Regimento e, sublinhou, que algures no Artigo 60º diz que qualquer lacuna que haja tem de ser interpretada à luz da Lei Geral do País, a única lei geral que existe comparável é o Regimento da Assembleia da República, ou seja a desagregação da Moção por Pontos, não é permitida, mas também não é proibida no nosso Regimento e então devem reger-se pela Lei Geral. Quanto ao que os Partidos se propuseram e têm feito na Assembleia da República informou que questionaram o Governo já no Estado da Nação e questionaram o Governo por escrito no mês passado e a informação que têm tido por via da Associação SOS Quinta dos Ingleses é que existe inclusive uma verba no âmbito do PRR para assegurar a concretização da Proposta que foi aprovada em Assembleia da República sendo que o ónus está neste momento na Câmara. Aqui trata-se no fundo de defender a salvaguarda da Quinta dos Ingleses, esse é o objetivo do PAN. Saudou a posição do PSD por ser coerente com a que teve na Assembleia da República.

O **Senhor Secretário da Mesa** depois de alertar para o adiantado da hora e de fazer algumas explicações sobre o Regimento da Assembleia, dizendo que a Mesa estará sempre aberta a sugestões que venham de alguma forma facilitar os serviços e a condução dos trabalhos, deu a palavra ao **Deputado Luís Beirão (PCP)**. Na sua opinião a Moção apresentada deverá ser votada na totalidade, depois, se algum Grupo de Lista tiver alguma observação a fazer apresentará uma Declaração de Voto.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** que solicitou ao Deputado do PAN que elucidasse a Assembleia de qual foi a recomendação do Governo e em que data foi.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** dizendo que tinha a ideia de se poder votar a Moção ponto por ponto, dado que não é favorável ao Ponto 1, sugeriu ao Deputado Luís Almeida que retirasse esse Ponto da Moção.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** dizendo que, se calhar, estavam perante uma falsa questão ou seja, se não houvesse votos contra no que diz respeito a determinado tipo de Pontos não via porque motivo a Moção não poderia ser votada na totalidade. O Deputado Tiago Albuquerque (IL) veio comprometer o que estava a pensar e, portanto, não quer dizer que não poderá dizer o mesmo se efetivamente o Deputado Luís Almeida (PAN) retirar o Ponto 1 da Moção que apresentou.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)** que disse que retirava o Ponto 1 da Moção. Em relação à pergunta do Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS) respondeu que a recomendação foi aprovada no dia 18 de Junho de 2021 em votação final global com os votos a favor de todas as forças políticas salvo o PSD e o CDS que se abstiveram e o sentido era da recomendação que está descrita na primeira parte da Moção.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Se bem entendeu foi o que foi proposto pelo Deputado Tiago Albuquerque (IL) é que foi aceite pelo PAN enquanto subscritor da Moção, ou seja a retirada do Ponto Um. Com lógica e coerência o PSD irá abster-se esperando e fazendo votos para que a recomendação seja seguida pelo Governo e não seja mais um “chorrilho” de promessas que o dinheiro do PRR dá para tudo até para pagar à entidade promotora da Quinta dos Ingleses as centenas de milhões que tem de pagar, portanto está na mão de quem ainda dirige o País.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** que disse supor que o Deputado do PAN não entendeu a questão que colocou, a resolução sabe perfeitamente qual é, o que perguntou foi qual foi a recomendação do Governo e em que data foi proferida.

Respondeu o **Deputado Luís Almeida (PAN)** que foi proferida em Setembro e tem a ver com as verbas do PRR.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** acrescentando não ter ficado esclarecido quanto à pergunta que fez. Perguntou ainda qual era a legalidade do Ponto 4 da Moção e em que é se baseava para que os Deputados obrigassem o Presidente da Junta para tomar uma posição perante a Assembleia Municipal.

Respondeu o **Deputado Luís Almeida (PAN)** que quanto à presença dos Presidentes de Junta na Assembleia Municipal são para defender os interesses da Freguesia e não a título pessoal. Recomendou ainda a leitura do que escreveu o Professor Barbosa de Melo sobre o assunto.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** que agradeceu a recomendação de leitura do Deputado do PAN mas achou que a posição do Professor era uma posição como outra qualquer e portanto não é uma posição que se possa dar como certa.

Depois de mais uma chamada de atenção do Senhor Secretário da Mesa quanto ao tempo gasto no PAOD, passou-se à votação da **Moção**

apresentada pelo **PAN** (com a exclusão do Ponto 1), foi **APROVADA** com 9 votos a favor (5-PS;1-PAN;1-PCP;1-IL e 1-BE), 2 votos contra (CDS) e 8 abstenções (7-PSD;1- CHEGA).

Passou-se então à votação do **Voto de Pesar** apresentado pelo PS pelo falecimento de João Alexandre, (mais conhecido por Dapin) que foi **APROVADO** por unanimidade, com a ressalva de que a mesma será apresentada à família. **(Anexo 4)**

Passou-se à **Moção** apresentada pela **Iniciativa Liberal “ Por uma Freguesia mais transparente”**. O **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** resumiu a sua proposta focando os aspetos mais importantes. **(Anexo 5)**

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta Aguiar (CDS)** e disse que o Grupo de Lista do CDS irá votar favoravelmente esta Moção com a ressalva de que entendem que ela reflete um desejo de ainda mais transparência, o que é louvável, embora entendam que a Junta de Freguesia e o seu Executivo sempre foi transparente na sua atuação.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Relativamente a esta questão ainda que se consiga perceber o que é que está na base da ideia, há uma história para trás e sendo a transparência o “modus operandi” ler-se logo no 2º parágrafo “Não tem sido isso que se tem passado com a gestão da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos e Parede” e depois continua com mais ou menos o mesmo tipo narrativo, por melhores que sejam as intenções não tem sido isto que se tem passado e estar a votar a favor de uma Moção que quer transparência quando ela começa por dizer que não tem sido isso que este Executivo tem feito, da parte do PSD o voto nunca poderá ser favorável.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** que recordou ao Deputado António Gameiro (PSD) que o Executivo presidido por este Presidente em anos anteriores que, por exemplo, o CADA deu parecer para se mostrar uns certos documentos e até agora, passados mais de dois anos, ainda não foram mostrados, assim como os documentos que são colocados no portal base que estão sempre fora de prazo, é isso que a proposta da IL quer melhorar.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Disse não haver nenhum procedimento de ilegalidade contra a forma, ainda que possam haver lapsos, tudo o que foi pedido a este Executivo para ser apresentado no portal base foi cumprido ainda que se tenha ultrapassado os prazos, não

há nenhum procedimento que se conheça do ponto de vista legal que tenha sido infligido ao Executivo por má conduta ou mau cumprimento da Lei, disto isto, e, voltou a sublinhar, não tem sido isso que se tem passado tem havido transparência, assim, está clara a posição do PSD.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** que disse que se o PSD concordava com a substância, mas não com a forma da Moção apresentada sugeria que o PSD votasse a favor porque a forma é uma questão de forma e a substância é que é importante.

Passou-se então à votação da **Moção** da **IL** que foi **APROVADA** com 7 votos contra (PSD) e 12 votos a favor. **CDS** apresentou Declaração de Voto com a ressalva que os anteriores e presentes Executivos nunca tiveram, até agora, falta de transparência.

Passou-se à **Moção** apresentada pela **Iniciativa Liberal “Acesso Público às Atas e documentos relevantes da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos e Parede”**. (Anexo 6)

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** que focou os aspetos mais importantes da Moção que vai apenas a esta Ata.

Usou da palavra o **Secretário da Mesa, Jorge Pires de Carvalho**, que esclareceu duas coisas, primeiro, sobre o Ponto 1 da Proposta apresentada esclareceu que os Editais e Convocatórias são afixados nos lugares de estilo espalhados por toda a União de Freguesias onde os munícipes e fregueses interessados sabem disso e por isso é que existe intervenção do público, segundo, “incluindo os documentos relevantes que sustentam a OT”, os documentos só têm validade depois de aprovados na Assembleia, recordou que mesmo durante a Assembleia esses documentos podem sofrer alterações, portanto, não lhe parece correto nem seguro estar a informar os fregueses de documentos que depois podem não ser iguais ao que vai ser aprovado e deliberado. Sugeriu ainda ao Deputado da Iniciativa Liberal que retirasse este Ponto. Relativamente às Atas em falta, terá de ser excluída da falta de publicação a Ata de 29-09-2022, uma vez que a mesma ainda não foi sequer aprovada na Assembleia de Freguesia.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. O PAN acompanhará todos os Pontos desta Moção. Sublinhou ainda que o Ponto 3 tem imensa importância tanto mais que hoje se estava a reunir à distância não se está a cumprir plenamente o princípio da publicidade da reunião não obstante os cidadãos poderem aceder a convite, mas de facto é preciso ter claro

que o N° 2 do Artigo 3° da Lei 1ª de 2020 de 19 de Março estabelece precisamente que neste tipo de reuniões é obrigatório que as Sessões sejam gravadas e colocadas no sítio eletrónico da Freguesia, que é algo que não está a acontecer. Deixou ainda o alerta que se devia praticar, à semelhança do que já é feito na Câmara de Ourém, e que é chamado por “pegada legislativa” ou seja, cada cidadão após as reuniões pode ir ver os documentos de cada Ponto.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Fez notar que todo este processo elencado na Moção apresentada em termos de transparência é salutar, contudo, alega logo o Ponto N° 1 do Artigo 57°. Teve a oportunidade de aceder ao site da Junta e de facto estão lá as informações necessárias. O conteúdo desta Moção, salvo melhor opinião, vai para lá daquilo que está estabelecido na Lei. Relativamente à sugestão do PAN, gostariam todos que isso acontecesse, mas, e, sabendo bem o custo que isso acarreta, não existe meio audiovisual para fazer quer a emissão quer a gravação, a única gravação que se faz é a gravação áudio para apoio dos serviços da Assembleia de Freguesia para serem lavradas as devidas Atas extensivas. A ideia desta Moção, mais uma vez, à partida pode parecer uma boa ideia, o que acontece é que ao basear-se na Lei dá a impressão que não se tem esta mesma transparência. Não é a forma é a substância que está em causa e nesse sentido o PSD manifestou o seu voto contra.

O **Secretário da Mesa** perguntou ao Deputado Tiago Albuquerque (IL) se mantém o Ponto 1 na Moção apresentada após os esclarecimentos da Mesa.

O **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** respondeu que retirava ao Ponto 1 “... incluindo os documentos relevantes que sustentam a Ordem de Trabalhos”.

Usou da palavra o **Deputado Luís Beirão (PCP)** que lembrou que o Período Antes da Ordem de Trabalhos tem a duração de 60 minutos tempo esse que já foi ultrapassado largamente.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** que esclareceu, pelo facto de ter sido Presidente da Assembleia, que cada Sessão da Assembleia de Freguesia tem um dossier onde estão incluídos todos os documentos da Ordem de Trabalhos com as respetivas indicações se foram aprovados ou recusados e com as Atas das Sessões anteriores, esse arquivo existe está nos serviços da Junta, a Assembleia não é um órgão com carga administrativa que possa fazer esse tipo de situação mas obviamente daquilo que foi

pedido foi cedido. Por outro lado, já não é novidade que estas Sessões sejam demoradas, principalmente no PAOD e, isso é a política a funcionar.

Passou-se à votação da **Moção da IL** que foi **APROVADA** com 10 votos a favor (5-PS; 1-IL; 1-CHEGA; 1-BE; 1-PCP; 1-PAN), 2 abstenções (CDS) e 7 votos contra (PSD).

O Secretário da Mesa esclareceu que ainda existiam duas Moções para discussão e votação.

Usou da palavra o **Deputado Ricardo Pires (PS)** que sugeriu que o elemento do público que ainda esperava poder intervir o fizesse antes da apresentação das outras Moções apresentadas.

Acedeu o Secretário da Mesa a proposta do PS e deu a palavra ao Múncipe, **Exmo. Senhor Miguel Pires Castro** que disse ser residente na Quinta da Bela Vista, Rua Santa Maria em Sassoeiros e que estava com um problema, há cerca de dois anos, de cargas e descargas. Nas traseiras da sua residência existe um Café ("Vanila") que após mudança de gerência passou a ter também fabrico próprio para fora e isso provocou a entrada e saída de viaturas durante a noite. Apresentou uma reclamação em 2019 à Câmara Municipal de Cascais, à Polícia Municipal e tentou falar algumas vezes com a gerência da altura, pelo facto de se sentir altamente incomodado pelo barulho feito durante a noite pois é morador no r/c. Com as minhas reclamações o problema está a ser acompanhado tanto pela CMC como pela UFCP, houve alturas que o problema melhorou e outras que piorou. Segundo a CMC o problema envolve o Regulamento do Ruído que, na parte de ruído de Fábrica neste momento está controlado, mas a parte do ruído de vizinhança provocado pela carrinha que faz os transportes de entrada e saída a várias horas da noite é altamente desgastante. Apelou então, porque não existe nenhum regulamento de cargas e descargas em espaços residenciais com comércio, que seja elaborado um que proíba as cargas e descargas no período noturno.

Passou-se de imediato ao retomar das restantes Moções a serem discutidas e votadas.

Moção apresentada pelos Grupos de Lista do **PS, PAN, BE, PCP e IL** "**Moção de protesto relativamente à votação dos direitos da oposição e dos grupos de lista por parte da Junta de Freguesia e da Mesa da Assembleia**".

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)** que em nome dos restantes Grupos de Lista que subscreveram esta Moção disse que nesta

reunião a Mesa e em particular a Senhora Presidente estão a passar por cima dos direitos da oposição e pior, por cima dos direitos dos Grupos de Lista. Não perceberam porque é que a Mesa convocou esta reunião ordinária sem convocar previamente uma reunião preparatória, um dever que está no Regimento, para lá disso, irão ser discutidas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 sem que o Executivo tenha respeitado o direito de consulta prévia por parte da oposição. Deixou ainda claro que o que se estava a fazer é votar uma deliberação que é inválida e que poderá ser anulada. Esta situação faz com que a Mesa não esteja a zelar pela sua missão de garantir a legalidade das deliberações tomadas, o que lamenta, e alertou para que de futuro se respeite o que está no Regimento.

Usou da palavra o **Secretário da Mesa** que pediu desculpa pelo incumprimento da reunião de porta-vozes e que foi um lapso que garantidamente a Mesa não voltará a repetir. Acrescentou ainda que, por norma, o Executivo solicita à Mesa e sugere uma data para a marcação da reunião Ordinária e não compete à Mesa saber se os procedimentos legais relativamente ao Estatuto da Oposição estão cumpridos ou não.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Demonstrou também o descontentamento do Grupo de Lista do PSD relativamente ao lapso ocorrido porventura decorrente, porque ele próprio teve oportunidade de observar, também da tomada de posse há muito pouco tempo desta Mesa, as eleições foram, como todos sabem também, há muito pouco tempo, os próprios elementos que tiveram de fazer o Orçamento e as GOP acabaram também por absorver tudo isso e não conseguir fazer cumprir os prazos.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Disse que competia ao Presidente da Assembleia de Freguesia assegurar o cumprimento da Lei e a regularidade das deliberações, ora se se está a violar o Estatuto dos Direitos da Oposição está-se a violar a Lei e compete ter conhecimento da legalidade e aferir da mesma. Quanto ao direito de consulta prévia não compete às forças da oposição mandarem propostas compete ao Executivo convocar as forças da oposição para apresentar propostas.

Passou-se de imediato à votação da **Moção** apresentada, tendo esta sido **APROVADA** com 17 votos a favor e 2 abstenções (CDS).

Entrou-se de seguida na apreciação e votação do **Voto de Saudação** apresentado pelo **Bloco de Esquerda “Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres”**. (Anexo 8)

Usou da palavra o **Deputado Luís Miguel Mós (BE)**. Disse que a pandemia agravou ainda mais essa situação, é um grito de alerta e o BE está contente por este dia 25 de Novembro ser denominado Dia Internacional pela eliminação da violência contra a mulher.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** que disse que esta referência exclusiva à violência contra as mulheres é discriminatória relativamente à violência em geral e que incide sob um género específico que não passa, no entender do CDS, duma moda. O problema é violência na sociedade que é muito mais ampla do que a violência contra as mulheres, até porque a violência doméstica não é exclusiva contra mulheres é também contra homens, nesse sentido, se for refeita a remodelação desta Moção o CDS vota a favor.

Usou da palavra o **Deputado Luís Miguel Mós (BE)**. Respondeu ao Deputado do CDS dizendo que a violência contra as mulheres não é uma moda, e, lembrou, que este ano, até 15 de Novembro já morreram 23 mulheres o que dá 2 mulheres mortas por mês, não é moda, é a realidade.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta Aguiar (CDS)**. Perante a afirmação do Deputado do BE perguntou se tinha alguma estatística de quantos homens teriam morrido por violência doméstica. Devido à sua profissão tem-se deparado com vários casos de violência doméstica e não são só contra as mulheres, já para não acrescentar que ele próprio se calhar também será contra a abolição de género, as referências de género na Lei são muito discutíveis.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Disse não achar que o assunto seja uma moda, há uma violência cultural sobre as mulheres, que já não é de agora, tem obviamente uma maior difusão nos tempos atuais, deixou de ser uma prática cultural aceitável, mas até há religiões que permitem bater-se nas mulheres quando estas se portam mal. Também há violência sobre homens e também há homens que são mortos pelas suas mulheres, acontecia mais quando era utilizado o “remédio para ratos” que ultimamente está a ser muito pouco utilizado, portanto a violência contra os homens está a diminuir e a violência contra as mulheres está a aumentar e, nesse sentido, não é uma moda, compreende que se queira fazer disso uma “bandeira” mas o facto é que continua a ser uma prática cultural, de uma forma transversal, portanto, não é só entre os pobres também há ricos que o fazem e tem que se estar alerta para o problema. Disse ainda estar completamente de acordo com o documento do BE.

Usou da palavra a **Deputada Helena Navalho (PS)**. As mulheres são efetivamente alvo de violência e não se pode falar em moda, aliás é histórico internacionalmente, é inegável. Se existe violência sobre os homens? É claro que existe, mas as mulheres estão a conseguir falar e os homens têm vergonha, sendo certo que a condição masculina, mais força muscular, é dominante socialmente na sociedade há séculos. Apoiou inteiramente o documento do BE.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**, embora não esteja de agrado com a forma como foi escrito o documento concorda com a substância e votará favoravelmente o documento.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta Aguiar (CDS)**. Relativamente à intervenção da Deputada Helena Navalho (PS), a posição que ele assumiu tem em vista não só a violência física, mas sobretudo a violência psicológica que pode passar completamente ao lado. Lamentou ainda não estar incluído também a violência sobre as crianças. Frisou que Moções desse tipo são perfeitamente sectárias.

Usou da palavra o **Deputado João Baptista Leite (PSD)** que disse estar quase de acordo com o Deputado José Pimenta Aguiar, não diria que é uma moda, mas está de acordo com o princípio. Quem defende estes temas é a APAV. A vítima num relatório recente publicado pela APAV de facto incide muito sobre as mulheres, mas, a preocupação fundamental hoje na sociedade é muito mais que isso. As mulheres em 2020 foram cerca de 8.700 vítimas, ao passo que as crianças foram quase 2.000 e os homens cerca de 1.600, não esquecendo as pessoas idosas que são outras 1.600, portanto, olhando para o estudo da APAV terá de ser analisado num sentido lato. Disse ainda que se a Moção for assexuada torna-se muito mais abrangente e mais em linha com toda a atividade da APAV.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** que disse estarem a desviar-se do título da Moção: "Dia internacional da violência contra as mulheres", tal como existe o Dia da Criança, o Dia do Idoso, há dias para tudo, o que está em discussão é o dia referido.

Passou-se à votação do **Voto de Saudação** apresentado pelo **BE**, que foi **APROVADO** com 17 votos a favor e 2 abstenções (CDS).

Usou da palavra a **Tesoureira da UFCP** que fez um ponto de situação relativo ao problema levantado pelo Município Miguel Pinto Castro, o Executivo falou com a Polícia Municipal de Cascais para saber como

estava o processo, foi informada que tinha sido proposto uma medição de ruído nos termos da Lei ao local, neste caso na residência do Município e que não teria havido acordo com o mesmo para essa medição. Futuramente irá ser feita uma medição na parede do prédio junto à janela do Município o que obviamente não é a condição ideal, mas a possível, quanto ao ruído da vizinhança terá de ser reportado à PSP. Apesar do assunto não ser da sua competência a União de Freguesias irá continuar a acompanhar o processo.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** que disse ter sido reportado o rebentamento de petardos na União de Freguesias, é uma situação que já dura a algum tempo e gostaria de saber se o Executivo sabe a sua origem e o que eventualmente estaria a ser pensado fazer para acabar com essa situação.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Perguntou à Mesa se tinha recebido via e-mail (geral) as perguntas da Iniciativa Liberal sobre os Espaços Verdes que estão sob a responsabilidade da Junta visto que até agora não tinha recebido resposta. Solicitou ainda que lhe enviassem os locais exatos onde estão as vitrines da UFCP. Para finalizar, perguntou se depois da aprovação na última Assembleia Municipal para acabar com 25% de um Parque Urbano, nomeadamente o que situado na Quinta de São Gonçalo perguntou ao Senhor Presidente da UFCP se está disposto e em condições de garantir que não vão acabar com mais nenhum Parque Urbano com a desculpa que o retorno financeiro será maior e o que tem preparado como alternativa aos moradores que frequentam esse Jardim quando este for ocupado.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)** que colocou duas questões ao Executivo, uma, sobre a situação de pessoas sem-abrigo e outra sobre as aves da Quinta da Alagoa. Quanto à situação das pessoas sem-abrigo, mencionou a situação do Senhor Marco Paulo de Sousa Bruno que dorme há muitos anos nos patamares de mármore dos prédios de Carcavelos sem que lhe seja dado um local para pernoitar, durante o período de Covid ele pode pernoitar nas instalações dos Maristas mas agora encontra-se de novo na rua. É conhecido que o mesmo tem alguns problemas de adição que não têm sido corretamente resolvidos pelos Serviços Sociais que o acompanham e também sabe que, não obstante ser uma pessoa bastante problemática o que o leva a ter alguns desacatos, também sofre de algumas agressões físicas cujas marcas são bem visíveis. Perguntou ao Senhor Presidente da UFCP se conhecia o caso e de que maneira a Junta tem procurado intervir para o resolver, nomeadamente

junto da CMC. Outro assunto, ainda no âmbito das pessoas sem-abrigo prende-se com a nova Lei 61/2021 que surgiu na consequência de uma proposta do PAN e que basicamente quanto a Atestados de Residência, de Vida, Situação Económica dos cidadãos e Termos de Identidade e Justificações Administrativas determina duas coisas muito simples, primeiro, a regra da gratuitidade e a possibilidade de quando é necessário provar certos factos a atestar, essa prova poder ser feita com o testemunho do Assistente Social ou do Técnico da área onde o cidadão pernoita. Perguntou se a Junta já tinha conhecimento destas medidas, que diligências está a tomar para as agilizar, se está a preparar uma revisão do Regulamento de Taxas para acomodar estas alterações e, naturalmente, quanto a procedimentos internos, se já tomou medidas. Quanto à questão da Quinta da Alagoa existem vários problemas quanto às aves que facilmente podiam ser resolvidos se houvesse vontade nesse sentido. Deu alguns exemplos: comedouro, existe apenas um e as aves não estão todas no mesmo sítio no Parque o que leva a que algumas não se alimentem, a ração é colocada uma vez por dia durante a manhã se não fossem os cuidadores residentes as aves ficariam à fome, também o lago há alguns anos tinha umas ilhas de pedra o que ajudava as crias dos patos a ganhar folego quando estão a aprender a nadar mas também para os abrigar do frio quando a água está muito fria. Colocou a questão sobre se o Executivo estava a par da situação e estaria disposto a solucionar esta situação. Concluiu pedindo ao Presidente da UFCP, pois até à semana passada não havia uma orientação para os funcionários da Junta quanto às questões de teletrabalho, face à situação que se está a passar perguntou se essas orientações já estão dadas e qual o seu sentido uma vez que é de maior interesse para esta Assembleia conhecer quais são as medidas de proteção dos trabalhadores da UFCP.

Usou da palavra o **Deputado Ricardo Pires (PS)**. Deixou uma palavra de reconhecimento pela forma como o 1º Secretário (Jorge Pires de Carvalho) tem conduzido os trabalhos. No início de mais um novo mandato importa enaltecer um sentido construtivo, aberto e leal. Atravessam-se tempos difíceis, uma luta sem quartel para as adversidades pandémicas e climáticas, estamos ao serviço do nosso território e das suas gentes e é por elas que o PS traz um tema que é tão caro, o espaço público, em particular os espaços de jogos e recreio, estes com graves carências de equipamentos, fiscalização e manutenção. Fatores climáticos, utilização inadequada e falta de intervenção tem vindo a degradar estes espaços violando as mais elementares regras de segurança tanto mais tendo em consideração o que é público, numa altura em que saúdes comunitárias

mentais ganham relevância apreciável compete aos Executivos autárquicos uma visão de proximidade aberta e moderna as Grande Opções do Plano contemplam este tema mas não pode deixar de lembrar casos que são preocupantes referindo apenas três mas tendo registo de muitos mais, um deles, o Parque do Murtal fechado há considerável tempo com um afundamento do terreno, o próprio espaço da Quinta de São Gonçalo que por vezes ainda continua a estar inacessível à pratica daquele equipamento considerando que algumas crianças se magoaram fruto do escorrega ser um espaço claustrofóbico e o parque do Alto dos Lombos em frente à Escola do 1º Ciclo que é verdadeiramente um espaço com grande falta de salubridade. Considerando que a legislação em vigor é relativamente recente e até foi aprovada pelo governo de Pedro Passos Coelho importa relembrar que as regras de segurança bem como todos os normativos não estão a ser cumpridos no nosso espaço público pelo que todos beneficiamos a bem das populações de algo fazer para melhorar esta situação.

Usou da palavra o **Secretário da Mesa** que respondeu ao Deputado Tiago Albuquerque (IL) dizendo que não tinha recebido o mail referido e pediu que o enviasse novamente. Disse ainda, em nome da Mesa, e, porque esta era a primeira Assembleia de Freguesia, recordou o que diz no Regimento, no Artigo 31º quanto tempo teria o Período Antes da Ordem do Dia (60 minutos), e no Artigo 38º nº 1 quanto tempo podia utilizar cada Grupo de Lista (10 minutos), ainda no Artigo 29º nº 2 diz que cada Sessão será terminada à meia noite extensível por mais meia hora segundo pedido do plenário. Estando neste momento a pouco menos de dez minutos para atingir a meia-noite e ainda existem 3 Pontos da Ordem de Trabalhos para discussão e votação, assim, enquanto 1º Secretário e em nome da Mesa foi permitindo o prolongar dos trabalhos, mas não pode ser admissível, ser político também é ser conciso e eficaz. Deixou o alerta porque na próxima Assembleia a Mesa será um pouco mais radical no cumprimento da legislação.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Congratulou o início das obras do Centro de Saúde de Carcavelos. É com especial agrado que vê, ao fim de tantos anos, essa obra nascer à custa dos impostos dos Cascalenses quando esta verba deveria ter vindo do Governo Central.

Usou da palavra o **Presidente da UFCP**. Em relação à transparência e às várias Moções que foram apresentadas dizer que nenhuma Moção sobre a transparência pode ir além da Lei estipulada, acrescentou, que nenhum membro da Assembleia de Freguesia é mais sério que o próprio Executivo,

quanto muito são tão sérios mais sérios não são. Na linha do que tinha dito o Sr. Secretário da Mesa, mas discordando, informou que só estavam à meia-noite a acabar o PAOD por responsabilidade única e exclusiva da Mesa, devia fazer-se como é feito na Assembleia Municipal onde se definem os tempos na respetiva proporção dos Deputados Municipais, na eminência de não se querer fazer assim, basta cumprir o Regulamento. Esta é talvez a Assembleia mais importante do ano inteiro e passou-se 2 horas a discutir Moções e, vão ter menos de meia hora para discutir o essencial. Solicitou que a Mesa futuramente execute o que vem no Regimento e seja menos tolerante a fim de que, os verdadeiros problemas da Freguesia sejam debatidos a tempo e horas. Respondeu ao Deputado Carlos Saltão (PS) que sobre os petardos a PSP está a desenvolver esforços para encontrar os responsáveis. Em relação ao Deputado Luís Almeida (PAN) e ao assunto dos sem-abrigo poderá consultar o Relatório da UFCP, em relação ao caso especificado transmitiu que não é culpa dos Serviços Sociais de nenhum Organismo deste País os problemas de adição das pessoas, os problemas de adição são das próprias pessoas, a maioria dos sem-abrigo não quer sair da rua. O Deputado do BE que estava na Assembleia de Freguesia no anterior mandato sucessivamente na Assembleia Municipal incidiram nesse tema, não se importa de debater o assunto, mas com pessoas que tenham um mínimo de conhecimento de causa sobre o assunto. Quanto à pergunta se a Junta já estava a implementar aquilo que foi aprovado por proposta do PAN com o apoio do Governo respondeu que os sem-abrigo não costumam vir à Junta, só existe um caso reportado na Junta de um sem abrigo que costuma deambular pela Rua José Relvas na Parede, que já esteve institucionalizado, ao qual a CMC inclusive lhe arranhou casa à qual ele deitou fogo e que semana sim semana não parte a casa de banho pública da Junta e é um Senhor que não quer ser recuperado, acrescentou ainda que o mesmo recentemente teve um acidente e foi a Junta que desenvolveu esforços para ele ir para o Hospital de Santa Maria onde foi tratado, onde lhe deram banho e a seguir foi para o Pisão, uma semana depois estava na Freguesia da Parede outra vez portanto há coisas que não se conseguem fazer. Para o caso de o Senhor Deputado não saber é preciso uma autorização do Tribunal para o sem-abrigo ficar detido numa Instituição, coisa que neste caso não aconteceu. Em relação à Quinta da Alagoa, como se deve saber, é da tutela da Cascais Ambiente. As aves voam, e como voam, umas vão para dentro e outras para fora, o Senhor Deputado conseguir dizer que elas só comem uma vez por dia é notável, de qualquer forma, o veterinário Municipal está disponível para fazer essa verificação à semelhança daquilo que já fez no Parque Morais. Há meia

dúzia de pessoas que andam nas redes sociais permanentemente a dizer que os patos do Parque Morais não têm condições de saúde, higiénicas e de alimentação o que é estranho porque as pessoas que trabalham no Parque não se queixam disso. Disse ainda que no mandato anterior teria estado reunido várias vezes com o Vereador Nuno Piteira da CMC para tratar do problema dos pavões que ficou mitigado com a retirada de alguns para outros Parques, agora, se o Deputado frequentar mesmo a Quinta da Alagoa aquilo que mais se vê nas imediações são pavões na rua. De qualquer forma, a diversidade de animais é para manter, agrada muito à Junta o estado em que está a Quinta da Alagoa, informou que irá ser construído brevemente um novo espaço sanitário na zona dos piqueniques para dar cobertura aos milhares de pessoas que a frequentam. Sobre o teletrabalho desconhece com quem o Deputado falou e não dá cobertura a boatos, esta Junta de Freguesia cumpre o que está na Lei, que diz que é obrigatório o teletrabalho sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para o exercer, situação que deve ser aferida pelas chefias, conforme já esclarecido anteriormente o teletrabalho por natureza só é possível quando seja compatível com as funções exercidas. Disse ainda que até ao momento, após dois anos de pandemia, esta Junta já funcionou nos vários regimes possíveis, em teletrabalho, em trabalho presencial e, ao contrário de outras freguesias, esta Junta em plena época de pandemia esteve sempre aberta e inclusivamente esteve aberta até às 20.00 horas numa rotatividade de funcionários e com uma disponibilidade de funcionários com dedicação à causa pública que ao Executivo muito apraz registar e que muito agradece em prol da comunidade. Em resposta ao Deputado Ricardo Pires (PS) é evidente que existem muitos equipamentos mais infantis do que desportivos para recuperar. Neste mandato irão ser recuperados muitos equipamentos infantis pois chegarão verbas mais condizentes com o número de espaços infantis que existem.

Entrou-se de seguida na **ORDEM DE TRABALHOS:**

Ponto Um – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano para 2022

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**, que colocou algumas questões: Quem é o responsável pelo cumprimento do Regulamento do Associativismo, quais foram as últimas auditorias feitas e quem irá verificar os próximos apoios anunciados. Perguntou ainda, o que o Executivo quer dizer com “reforço das parcerias”, em termos de comunicação, quem irá ser o responsável pois convém melhorar o site que está sempre desatualizado, em termos de apoio social, está escrito “nova construção

de Centro de Convívio na Freguesia", está-se a falar de um novo ou daquele que está a meio no espaço junto à Igreja da Parede, na parte da Educação propôs passeios na Quinta dos Ingleses organizados pela Associação SOS – Quinta dos Ingleses.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Lastimou o facto de o Presidente da Junta não ter feito a apresentação das Grandes Opções do Plano, não ouviu os Deputados em consulta prévia, o que é ilegal, e também optou por desrespeitar a Assembleia ao não apresentar o documento. Colocou algumas questões: Começou por um aspeto positivo que é o Gabinete Psicológico, excelente iniciativa da Junta que teve oportunidade de visitar em Setembro e que tem feito um excelente trabalho no atendimento e terapia a mais de 50 pessoas, é um trabalho meritório que tem de ser incentivado conforme consta nas GOP pois está-se a falar na área da saúde mental onde as deficiências do SNS são mais que muitas, no entanto, colocou duas questões, uma sobre o espaço do gabinete que é numa cave, com uma pequena janela, embora seja um espaço muito "clean", é um espaço diminuto que acaba por não dar a sensação de dignidade necessária para uma consulta ou terapia sendo portanto necessário tentar reformular esse espaço. A segunda questão prende-se com o atendimento das crianças e jovens que segundo o que foi dito era feito no gabinete do Tesoureiro da Junta por forma a assegurar melhores condições, compreende que foi a melhor alternativa que se arranjou, mas, continua a não dar o conforto, a privacidade e segurança necessária, colocou então a questão se o melhoramento destas condições iria ser acautelada. A nível cultural saudou o projeto de Arte Urbana que se tiver uma boa divulgação pode criar um polo de dinamização bastante interessante, existem também os projetos que procuram levar a música aos parques urbanos. Há, no entanto, três questões, nos eventos que estão mencionados nas GOP que o PAN gostava de colocar, em primeiro lugar, notou a ausência de um evento referente a literatura, há falta de um evento dedicado à promoção da sustentabilidade ambiental e da consciencialização para o fenómeno das alterações climáticas e finalmente disse que o único desacordo que o PAN tem nos eventos propostos prende-se com a iniciativa Marrocos em Carcavelos porque terá o alto patrocínio da embaixada do reino de Marrocos e, neste momento, aceitar este alto patrocínio significa branquear um ataque aos direitos humanos que está a decorrer nomeadamente o direito de autodeterminação do povo saarauís que está a decorrer desde o ano passado com um conjunto de operações militares e na sequência disso um conjunto de prisões de ativistas dos direitos humanos. Concluindo, na parte

ambiental, e, naturalmente, não é uma competência da Junta, mas sim da CMC, a Junta assume o objetivo de plantar árvores e de conservar jardins, a questão é saber se há uma meta de número de árvores a plantar durante o próximo ano.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Relativamente às GOP o BE gostaria de ver inserido um investimento em parques para cães nomeadamente nos Jardins da Parede, já foi abordado por vários moradores em que os munícipes dos Jardins da Parede sentem essa necessidade. Congratulou-se com a ideia do "Teatro vai à Escola", mas também se deveria acrescentar a "Música vai à Escola" e a "Dança vai à Escola". Gostaria que o Presidente da Junta diligenciasse junto da CMC a criação de vestiários em madeira amiga do ambiente com cacifos de código na Praia de Carcavelos de modo a evitar que os surfistas mudem a roupa no Parque de Estacionamento. Deviam também aumentar os Parques para bicicletas nas estações rodoviárias e ferroviárias. Relativamente ao percurso entre a Parede e Carcavelos, a calçada portuguesa quando o mar está muito revolto arranca as pedras que vão parar à Marginal o que põe em causa a segurança dos veículos, deixou a sugestão de se colocarem blocos de calçada de 50/50 cm de modo a evitar que o mar tire essas pedras. Não concorda com uma frase que o choca profundamente quando se fala de envelhecimento nas GOP: "a memória é a melhor companhia do ser humano", claro que a memória é importante, mas não é, sem dúvida, a melhor companhia do ser humano, solicitou que retificassem essa frase.

Usou da palavra o **Presidente da UFCP** para responder a algumas questões. Relativamente ao Deputado Tiago Albuquerque (IL), disse que a última auditoria foi realizada há 3 anos, foi amplamente dissecada na Assembleia de Freguesia não obstante toda a propaganda negativa e o desvirtuar da conclusão da Auditoria feita pela oposição, nomeadamente pelo PS, assim, não está prevista mais nenhuma até porque as contas são auditadas todos os anos pelo Tribunal de Contas. Em relação ao site, este tem tudo o que é publicado e a comunicação da Junta tem procurado chegar a todos os eventos que existem de Coletividades, de Associações, da própria Junta ou até da CMC que se realizem na Freguesia e que sejam do interesse Concelhio. Em relação ao Centro de Convívio deduz que se referia àquele que está com a obra parada na Paróquia da Parede, o empreiteiro dessa obra faliu e a CMC e o Centro Comunitário estão a tentar resolver a situação a fim de se conseguir terminar a obra, não é um processo simples e até poderá ter envolvimento jurídico pelo que está a condicionar a continuação da obra. Em relação ao que disse sobre a educação, esta é

a principal aposta deste Executivo à semelhança do Espaço Público e da Cultura. A Junta de Freguesia, até à pandemia, proporcionou um enriquecimento cultural e desportivo que foi reconhecido pelo Agrupamento de Carcavelos, nestes últimos dois anos, por força da pandemia, não foi possível continuar esta demanda. Transmitiu que entre o final de Outubro e o fim de Novembro a Junta de Freguesia ainda conseguiu possibilitar meia dúzia de viagens com a aquisição de autocarros para viagens internas escolares porque a CMC não consegue suprimir todas as necessidades escolares e a Junta de Freguesia por força de uma parceria que tem disponibilizou um autocarro, de momento, está tudo em “stand bay”, não vai haver férias escolares, mas o Executivo estará sempre disponível para aceitar possíveis destinos culturais e lúdicos que qualquer um dos senhores deputados entender fazer. Não percebeu bem a disponibilidade do Deputado Tiago Albuquerque (IL) e da Associação da Quinta dos Ingleses porque o que consta é que a Quinta dos Ingleses continua a ser do domínio privado e, a não ser que a Associação tenha conhecimento privilegiado, que saiba 99,9% do que fazem dentro da Quinta dos Ingleses são ilegais. Em relação ao Deputado Luís Almeida (PAN), agradeceu as palavras que dirigiu em relação à Ação Social, não era uma coisa que fosse expectável e estava nos planos do Executivo ter um tão grande incremento do apoio social, mas a verdade é que a equipa da Ação Social que não se esgota nos dois elementos que temos, tem feito um trabalho extraordinário em tempos de pandemia. Transmitiu ainda, não sabendo a qual dos gabinetes o Deputado se refere, do psicólogo da Junta, mas de momento, o mesmo está no melhor espaço para acolher as pessoas. Disse ainda que o sítio que o Senhor Deputado considera com pouca luz natural e pequeno, era o Centro de Saúde de Carcavelos, a Junta renovou o espaço, uma das salas está entregue à Associação das Baterias de Costa, que foi também uma aposta deste Executivo e que visa a recuperação da Bateria da Parede, e o outro para a Psicologia. Não pode deixar de dizer que o Psicólogo colmata também não só uma necessidade da Freguesia, mas uma necessidade premente do Agrupamento de Escolas de Carcavelos pois são muitas as crianças que este Agrupamento, em parceria com a Junta, indica ao psicólogo para acompanhamento das crianças. Informou ainda, que, para o ano, vai reforçar a equipa de psicólogos pois o psicólogo deu entre 400 a 600 consultas o que é uma enormidade para um só psicólogo. Disse ainda não estar nas intenções atuais do Executivo adquirir algum espaço, mas eventualmente poderão remodelar outro espaço ou a CMC presentear a Junta com um espaço no futuro. Quanto aos projetos de música falados, a aposta deste Executivo neste mandato em relação à Cultura é

precisamente a mesma do mandato anterior, o mote é levar a cultura às pessoas não que as pessoas venham à cultura, o que está planeado e articulado com ambas as Sociedades Musicais, a SMUP e a SRMC é fazer 10 concertos por ano, cinco a de Carcavelos tocar na Parede e vice-versa e tocar em sítios dispares (Sassoeiros, Rebelva, Bairro das Caixas, Junqueiro, etc), claro que os primeiros concertos nestes locais vão ter pouca assistência mas, o Executivo é resiliente e acha que com a habituação as pessoas poderão aderir. Projetos de música, nestes 4 anos existiram artistas a tocar em vários pontos da Freguesia, em tempo de pandemia centraram-se muito perto do Santini e na entrada do Mercado da Parede, para que se saiba, no Mercado da Parede, sempre que havia música, um dos comerciantes chamava a polícia porque a música fazia barulho, não obstante isso, o Executivo vai continuar a autorizar concertos à porta do Mercado e no centro de Carcavelos, também vão ser retomados os projetos da “Ópera vai à rua”, apoiar o “Teatro vai à rua” iniciativa com parceria com a SMUP, esta é uma instituição que é um mundo de cultura, tomara a Junta ter dinheiro para apoiar toda a panóplia de projetos que têm e que merecem ser divulgados. Em relação àquilo que desafiou o Executivo e, que lhe agradou, a literatura, referiu que gostava de reunir com o Senhor Deputado. O Executivo tem a ideia de criar uma coisa semelhante ao que acontece em Londres que é levar o Conto Infantil aos Parques tipo “Corner Speakers”, mas adaptado. Em relação ao Deputado Luís Mós (BE), a questão dos Dog Parques é uma questão pertinente e, pegou nas palavras do Deputado Ricardo Pires (PS) para responder, apesar de se ter um tema “da moda” enquanto tiver Parques Infantis para arranjar e remodelar o Executivo não vai gastar um cêntimo num Dog Parque, quando tiverem os Parques Infantis todos com a fiscalização, com a certificação e completamente arranjados pode pensar-se nisso. Quanto aos vestiários de madeira amigos do ambiente, a instalação de sanitários não é da competência da Junta, de qualquer forma aceitou as sugestões feitas em relação ao assunto. Parques para bicicletas, a Junta de Freguesia tem dado resposta a todos os Parques de Bicicletas que são propostos, Em relação à calçada portuguesa, esta tem estipulado o seu diâmetro, a Freguesia é abundante nesta calçada, se se consultar o site, aquilo que se vê mais as equipas de manutenção trabalhar é nos arranjos da mesma, em alguns sítios a calçada pode mudar noutros não se poderá mudar porque é uma tradição quer está instituída e não será este Executivo a mudar a esmagadora calçada portuguesa por pavet, não obstante este ter uma manutenção muito mais barata.

Passou-se de seguida à votação do **Ponto Um** – **Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano para 2022.**

APROVADO, com 9 votos a favor (PSD; CDS), 9 votos contra (PS; PCP; IL e BE) e 1 abstenção (CHEGA). Perante o empate a Senhora Presidente da Assembleia usou o seu voto de qualidade votando favoravelmente. Declarações de Voto IL (**ANEXO 9**); PS; PAN; CHEGA; e PCP), estas três últimas Forças Políticas referidas ficaram de enviar via mail as suas Declarações de Voto.

Passou-se imediato ao **Ponto Dois** – **Apreciação e Votação do Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal para 2022;**

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Relativamente ao Orçamento para 2022 como se sabe o BE combate a precaridade e vê inseridas algumas rúbricas nos itens, nomeadamente na Administração Autárquica 65% desse Orçamento é para aquisição de serviços, de diversas despesas correntes, o BE gostava de ser esclarecido sobre que despesas são estas. Na rúbrica de Secretaria também existe um valor de 51% contra o pessoal em regime de tarefas ou avença e prestação de serviços, portanto, o BE luta contra esta realidade que representa cerca de 51% da despesa. Quanto aos Mercados, Feiras e Espaços Comerciais, também pessoal em regime de tarefa, avença e prestação de serviços são cerca de 28% do total do orçamento, obras e espaços verdes, pessoal em regime de tarefa, avença e prestação de serviços são cerca de 23%, educação cerca de 32% deste Orçamento, na Cultura e Desporto a despesa com o pessoal é de 0% e depois há a aquisição de serviços, vários itens que representam 100% e o BE gostava de ser esclarecido relativamente a este tipo de despesas. Também na Ação Social e Proteção Civil 100% é para pessoal em regime de tarefa ou avença e prestação de serviços. Vê-se ainda que no apoio a entidades do ensino privado está prevista uma verba de 25.000 euros e no apoio a entidades de ensino particular e de solidariedade é 1.00 euro, o que o BE entende que deveria ser invertido. Usou da palavra o Senhor **Presidente da UFCP**, para resposta. Prestadores de serviços, há sempre uma problemática quando se fala em despesas com o pessoal, ele próprio julgava que o BE gostava que houvesse mais gente a trabalhar, mas, pelos vistos, muita gente a trabalhar não é bom para o BE. A União de Freguesias faz o que pode com o dinheiro que tem, há muita aquisição de serviço exterior que se gostava de não adquirir, mas se se quer dinamização deve-se fazê-lo. Se queremos cultura na rua diferenciada temos de adquirir esses serviços e esses fazem-se cobrar. Acrescentou que no ano de 2021 a Junta cresceu muito em recursos humanos nas Escolas, cresceu cerca de

40 a 50%, porque a Junta de Freguesia de Carcavelos Parede, e, os Deputados podem não concordar, mas foi uma opção estratégica e política do Executivo de dar primazia ao não aparecimento do Covid ou pelo menos às tentativas de mitigação, assim, ao contrário do que foi indicado pela Delegada de Saúde de Cascais, a Junta de Freguesia nestes dois anos fez um esforço financeiro para que cada turma de alunos tivesse um monitor alocado ao contrário do que dizia a Delegada que se devia juntar o 1º com o 2º ano e o 3º com o 4º ano, isso aconteceu desde o início da Pandemia até ao final do mês de Novembro, por uma questão financeira teve-se de reduzir novamente e estava-se convencido, tal como todos, que a pandemia estava a passar, em relação ao próximo ano, ainda se vai ter em atenção a evolução da pandemia e se se terá que reforçar novamente a parte educativa. A Junta de Freguesia não deixa de contratar se isso beneficiar a comunidade. As muitas percentagens elencadas prendem-se com um princípio básico da Junta de Freguesia, é que esta tem fontes de receita muito limitadas e ainda por cima curtas. Informou que até ao final do ano irá realizar-se uma Assembleia Extraordinária porque foram aprovadas verbas na última Assembleia Municipal que têm que estar plasmadas dentro do Orçamento e para isso terá de fazer-se uma revisão orçamental ainda este ano. Gastamos muito dinheiro em Recursos Humanos, porque no fim do dia, o Executivo quer acautelar e chegar ao maior número de situações que lhe apresentem. Mostrou ainda a sua desilusão por nenhum Deputado ter feito referência ao trabalho feito pela Câmara Municipal de Cascais em relação ao Covid.

Passou-se então à votação do **Ponto Dois – Apreciação e Votação do Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal para 2022;**

APROVADO, com 9 votos a favor (PSD; CDS), 9 votos contra (PS; PCP; IL e BE) e 1 abstenção (CHEGA). Perante o empate a Senhora Presidente da Assembleia usou o seu voto de qualidade votando favoravelmente. Declarações de Voto IL (**ANEXO 10**); PS; **PAN (ANEXO 11)**; CHEGA; e PCP), estas duas últimas Forças Políticas referidas ficaram de enviar via mail as suas Declarações de Voto.

Usou da palavra a **Deputada Helena Navalho (PS)**. Declaração de voto referente aos dois pontos discutidos, “Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2022 e Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal, no que diz respeito a estas matérias e dada a experiência e práticas socialistas passadas o PS, como é sabido, tem pautado pela sua abstenção em virtude do Plano e Orçamento serem uma ferramenta do próprio Executivo ainda que, se fosse o PS a elaborá-lo o mesmo teria linhas e opções bem

diferenciadas, porém, o presente é diverso, substancialmente diferente. O PS não foi ouvido na elaboração de tais documentos o que consubstancia uma total falta de ética política bem como uma violação dos mais básicos princípios democráticos, mais, quanto ao enquadramento jurídico refere o Estatuto do Direito da Oposição, Lei 24/98 de 26 de Maio no Artº 4º: Nº 1- Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. 2 — As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição. No Artº 5º - Nº 3 - Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade. Neste sentido o PS diz que compete ao Executivo da Junta de Freguesia dar cumprimento ao Estatuto do Direito da Oposição conforme previsto na alínea tt) do Nº 1 do Artº 16 do Regime Jurídico das Autarquias Locais. O direito de oposição democrática assegura às minorias o direito de serem informadas regularmente e diretamente sob o andamento dos principais assuntos de direito público relacionados com a sua atividade estando consagrado no Artº 114 da Constituição da República Portuguesa sob epígrafe Partidos Políticos e Direito da Oposição. Finalizando, o voto contra do Grupo de Lista do PS consubstancia não somente um protesto pela falta de diálogo, mas também uma nota crítica pela falta de equilíbrio e distribuição dos projetos previstos para as freguesias de Carcavelos e Parede crítica por demais vezes apontada pela bancada Socialista.

Passou-se de imediato ao **Ponto Três – Apreciação da Execução Orçamental do 4º Trimestre de 2021 e Relatório de Atividades;**

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** que questionou o nível de execução financeira atual ter sido 22,32%.

A **2ª Secretária da Mesa** leu a Minuta da Ata que foi aprovada por unanimidade e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Mesa pediu aos Porta-Vozes que se mantivessem por mais cinco minutos a fim de se marcar a Assembleia Extraordinária até ao final do ano conforme solicitado. Ficou decidido que será no dia 29 de Dezembro.

O **1º Secretário, Deputado Jorge Pires de Carvalho**, deu por encerrada a Sessão pelas 22.53 horas.

A Presidente:

1º Secretário:

2ª Secretária: